

A LUTA É AGORA!

FALE CONOSCO
PELO WHATSAPP
82 98148.6271

Defender os serviços públicos e a valorização profissional



Servidores/as participam de paralisação no dia 3 de outubro

NOVA PARALISAÇÃO

Sob o lema "Governo, queremos respostas!", os/as servidores/as da Educação Federal vão parar dias 7 e 8 de novembro para exigir recomposição salarial, reestruturação das carreias e equiparação dos benefícios.

pág. 3

CONTRA PEC 32

Frentes parlamentares, junto com o Deputado Arthur Lira, tentam ressuscitar a Reforma Administrativa para destruir os serviços públicos e enfraquecer direitos do funcionalismo federal.

pág. 5

APOSENTADORIA

Aposentados/as e pensinostas conquistam o direito a retornar para o Ifal, entretanto Ministério da Gestão e Inovação em serviços públicos dificulta saída do INSS. Sindicato segue em luta!

pág. 7

Editorial

Apostar na luta da classe trabalhadora para manter e conquistar direitos

Após quatro anos de um governo de destruição de direitos sociais, perseguição de minorias, desmonte de órgãos ambientais e de fiscalização do trabalho, desvalorização da educação e dos serviços públicos, favorecimento privado e corrupção, o povo brasileiro exigiu mudanças nas ruas e nas urnas.

Entre as diversas promessas que fizeram com que a classe trabalhadora votasse em Lula, estavam a liberdade de reivindicação, de organização e de greve, o fortalecimento do SUS e da ciência, a valorização educação e de seus/suas profissionais, a defesa dos serviços públicos, assim como a revogação das reformas trabalhista, da Previdência e do ensino médio.

Passados 10 meses do governo Lula 3, mudanças foram sentidas na política ambiental, no tratamento aos sindicatos e movimentos sociais, no posicionamento do Brasil no contexto internacional, na política de preços dos alimentos e combustíveis, entre outros, além de dar continuidade a programas como bolsa família, Minha Casa, Minha Vida e o PAC.

Entretanto, na política econômica, em geral, pouco se notou de mudança até aqui. Tanto é assim que o chamado Arcabouço Fiscal (Novo Teto de Gastos) foi aprovado com ampla maioria no Congresso Nacional, contando 372 votos favoráveis, incluindo 30 deputados/as do PL. No mesmo sentido, o presidente do Banco Central indicado por Bolsonaro, Campos Neto, antes



Congresso Nacional do Movimento Luta de Classes lançou abaixo-assinado pela revogação da Reforma Trabalhista

criticado pela política para a taxa de juros – que permanece alta –, está empenhado em apoiar a reforma tributária de Haddad.

Dessa forma, a Câmara dos Deputados, através de seu presidente Arthur Lira, se sente cada vez mais à vontade em seguir pautando a agenda econômica do governo e exigindo a velha política de acordos em troca de verbas e cargos.

A classe trabalhadora, por sua vez, não pode ficar passiva, assistindo aos acordos em nome de “governabilidade” em Brasília. Precisa ir às ruas, fazer greves e organizar campanhas para exigir os direitos retirados pelo governo anterior.

O presidente Lula não pode ser pressionado apenas pelo Mercado, da direita e do centrão. Ele próprio já declarou que precisa da pressão dos movimentos sociais para ajudar seu governo a equilibrar a correlação de forças.

Por isso, o Sintietfal conclama os/as servidores/as do Ifal a se engajarem na luta da campanha salarial 2024, contra a PEC 32 e pela revogação das reformas e decretos dos governos anteriores atentatórios ao funcionalismo público e aos direitos sociais.

É preciso que a classe trabalhadora fortaleça sua organização e sua luta para, dentro de um governo democrático, reconquistar direitos vilipendiados nos últimos anos.

Confraternização

Festa de Fim de Ano já tem data e local

A maior festa dos/as servidores/as do Ifal está de volta! Após longo período pandêmico, a Confraternização de Fim de Ano do Sintietfal está confirmada para o dia 9 de dezembro.

O local também está confirmado, será no Salão de Festas Le Jardim Recepções, localizado no bairro do Farol, em Maceió.

A decisão foi de retomar a festa de fim de ano foi referendada em reunião da diretoria do Sintietfal realizada em setembro, quando foram eleitos/as os/as membros/as da comissão organizadora.

Em breve, a comissão estará divulgando as primeiras atrações confirmadas, assim como informações de como será a distribuição dos ingressos.

“Estamos ansiosos em retornar a nossa maior e mais tradicional festa do Sintietfal, porque ela é um momento de acolhimento e confraternização com toda nossa categoria”, disse Artur dos Anjos, tesoureiro do Sintietfal.

Essa será 5ª Confraternização de Fim de ano, desde a reconstrução do Sintietfal, em 2016. A última festa ocorreu em 2019 no Clube Fênix de Alagoas, reunindo mais de 600 pessoas, entre filia-dos/as e acompanhantes.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Educação Básica e Profissional no Estado de Alagoas - SINTIETFAL
CNPJ 35.745.645/0001-38
Rua França Morel, 136 - Centro. Maceió/AL

Jornalista Responsável: Êsio Melo - MTE/AL 1509
Estagiária: Maria Eduarda
Tiragem: 1000 exemplares

Chega de extermínio! Palestina Livre!

O Sintietfal participou do ato de lançamento do Comitê Alagoas em Solidariedade ao povo palestino, realizado no último dia 17 de outubro, no Sindicato dos Urbanitários. A atividade reuniu movimentos sociais, sindicatos e partidos para pedir a paz no Oriente Médio e uma Palestina Livre do rio ao mar!



Campanha Salarial

Nova paralisação dos/as servidores/as federais será dias 7 e 8 de novembro

Nos dias 7 e 8 de novembro, a Educação Federal vai parar! Serão 48 horas de paralisação em todo o Brasil, convocada conjuntamente pelo Sinasefe, Andes-SN e Fasubra.

Com o tema “Governo, queremos respostas às nossas reivindicações!”, a paralisação busca cobrar celeridade e resolutividade do governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), assim como nas mesas setoriais.

A mobilização dá sequência à campanha salarial 2024 e referenda a decisão de jornada nacional aprovada pela Plenária Nacional dos/as Servidores/as Federais, realizada pelas Centrais Sindicais e pelos fóruns de Entidades Nacionais de Servido-

res Federais (Fonasefe) e de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Em Brasília, nos dias 7 e 8 de novembro, também ocorrerão atividades. No primeiro dia, uma nova Plenária Nacional Unificada dos/as Servidores/as Públicos/as, e no segundo uma manifestação unificada.

O objetivo da mobilização é intensificar a luta pela inclusão do funcionalismo federal na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, pela reestruturação das carreiras, pela equiparação de benefícios entre servidores/as dos diferentes Poderes, pela revogação de medidas contrárias aos serviços públicos, assim como o arquivamento da PEC 32/20.



No Ifal, a Assembleia Geral Extraordinária que debaterá adesão à paralisação será realizada no 27 de outubro às 9 horas no formato híbrido: na Sede do Sintiefal e pelo google meet.

Participe da Assembleia e construa a paralisação de 48 horas no seu campus e na reitoria. Vamos à luta, mostrar ao governo a força de nossa categoria!

Chega de enrolação

Negociações não avançam em Brasília

Desde o dia 2 de janeiro, o Governo Lula, através do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), recebeu a pauta de reivindicação dos/as servidores/as federais.

Com o acordo 2023 celebrado em março, prevendo reajuste emergencial de 9% e R\$ 200 no auxílio alimentação, além do compromisso de revogar medidas antisserviço público e da instalação de mesas específicas sobre carreira, iniciava-se ali a campanha salarial 2024.

Recomeço

No dia 10 de julho, foi reinstalada a Mesa Nacional de Negociação Permanente para tratar da pauta 2024. Nela, o Sinasefe pontuou a necessidade de revogação imediata das medidas infralegais remanescentes

dos governos Temer e Bolsonaro.

Já as Mesas Setoriais para debater Carreira TAE e Docente foram instaladas em setembro, tendo uma segunda reunião em outubro. Entretanto, nem a Mesa Nacional sobre reajuste Salarial, nem as Mesas sobre Carreira têm uma resposta sequer do Governo.

Pelo contrário, o Orçamento de 2024 só prevê R\$ 1,5 bilhão para reajuste do funcionalismo federal, que corresponde apenas ao crescimento anual da folha de pessoal do Executivo.

Pior: nenhuma medida dos governos anteriores que ataca direitos foi revogada, mesmo quando a revogação não traria impacto financeiro.

Por tudo isso: chega de enrolação, dias 7 e 8 de novembro a Educação Federal vai parar!

PAUTA DE REIVINDICAÇÃO



RECOMPOSIÇÃO SALARIAL



REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS



EQUIPARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS



REVOGAÇÃO



Plenária Nacional reuniu Centrais Sindicais e Federações de servidores/as

Cronologia da Negociação

10 de julho - Assinatura do Protocolo de funcionamento da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP

25 de julho - 2º Reunião da MNNP

10 de agosto - 3º Reunião da MNNP - **Paralisação Nacional**

29 de agosto - 4ª Mesa Nacional de Negociação - PLOA sem reajuste

30 de agosto - Ato em Brasília

4 de setembro - Instaladas Mesas Específicas sobre Carreiras TAE e Docente

3 de outubro - **Paralisação Nacional** e 2ª reunião das Mesas de Carreira

7 e 8 de Novembro - 48 horas de Paralisação Nacional

Mobilização

Dias Nacionais de Paralisação esquentam a luta por reajuste, carreiras e benefícios

Desde que foi dada a largada da campanha salarial 2024, o movimento sindical tem organizado panfletagens, assembleias, atos e paralisações para mobilizar os/as servidores/as públicos/as federais e a sociedade para acompanhar e pressionar as negociações com o Governo em Brasília.

De julho até outubro, foram quatro reuniões com o Fonasefe da Mesa Nacional de Negociação Permanente e duas com o Sinasefe em cada Mesa Setorial Temporária sobre Carreira. Entretanto, nenhum avanço em relação à recomposição salarial e à reestruturação das carreiras. Nem mesmo a revogação das medidas contrárias aos/as servidores/as, que não geram impacto financeiro, tiveram resolução.

Como resposta, atendendo ao chamado nacional, o Sintiefal organizou panfletagens, cafés da manhã nos campus, dois atos no Campus Maceió e um ato unificado com demais servidores/as públicos/as. Além disso, enviou representação para o Ato Nacional em Brasília. Confira abaixo os principais acontecimentos:

No **dia 10 de agosto**, o Sintiefal, após aprovar em Assembleia Geral, realizou paralisação parcial com ato a partir das 7 horas no campus Maceió. Após falas no carro de som e um café da manhã servido a docentes, TAEs e discentes, foram visitadas as salas de professores e os setores para conscientizar sobre o dia de luta.

Da mesma maneira, no Campus Satuba foi realizado um café da tarde com uma roda de conversa sobre a campanha salarial 2024 e as reivindicações que estavam sendo debatidas no 10 de agosto com o Governo Federal.

Já no **dia 11 de agosto**, Dia do Estudante, o Sintiefal reforçou a mobilização de rua contra o Novo Ensino Médio e contra contingenciamento de R\$ 332,017 milhões do orçamento do Ministério da Educação, efetuado pelo Governo Lula em 28 de junho de 2023.

Com a aprovação de dezenas de servidores/as presentes na Assembleia Geral do dia 25 de agosto, o Sintiefal enviou os dirigentes sindicais Artur dos Anjos e Izael Oliveira para Jornada de Mobilização em Brasília por recomposição salarial, equiparação dos benefícios e reestruturação das carreiras.

A jornada foi realizada de **28 a 30 de agosto**, tendo em sua programação a realização de Plenária Nacional do Sinasefe, nova rodada de negociação com o Governo e ato no dia 30, véspera do envio da Proposta de Lei Orçamentária Anual para o Congresso Nacional.

Sem recursos para reajuste previsto na PLOA, durante todo o mês de setembro, o Sintiefal atuou para a construção de uma nova paralisação no **dia 3 de outubro – Dia de Mobilização pela Soberania Nacional e em Defesa dos Serviços Públicos**. Foram panfletagens nos campi, reunião com os demais sindicatos de servidores/as federais e empresas Estatais, resultando na Assembleia Geral que aprovou paralisação no Ifal.

No dia 3 de outubro, com a participação do Sindicato dos Petroleiros/as, Sintufal e Sindicato dos Ferroviários, foi realizada um ato na porta do Campus Maceió, marcando o dia de paralisação. Pela tarde, um ato unificado com demais categorias levou para o Centro de Maceió a carta-aberta em defesa dos serviços públicos.



Representação do Sintiefal no ato unificado no Centro dia 3 de outubro



Paralisação no dia 10 de agosto teve café da manhã no Campus Maceió



Ato nacional dia 30 de agosto pressionou governo em Brasília

PEC 32

Carta-aberta em defesa dos serviços públicos



3 de outubro - Manifestação em defesa dos serviços públicos e da soberania nacional

Alagoas é o estado brasileiro em que 92% da população depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS) e 86,45% dos estudantes da educação básica estão matriculados na rede pública.

Sem os 44,6 mil profissionais da saúde, a população alagoana não teria acesso aos postos de saúde e hospitais públicos. Sem os mais de 28 mil professores, os/as filhos/as do povo alagoano estariam pelas ruas, sem acesso à educação. Sem os mais de 8,5 mil policiais civis e militares, Alagoas estaria totalmente desprovida de segurança pública.

Mesmo sendo tão importantes e necessários, os/as servidores/as públicos são apenas 12,45% do total de trabalhadores em nosso país, percentual menor que nos Estados Unidos (13,55%) – que não tem saúde pública – e muito inferior a países carac-

terizados pela política de bem-estar social, como a Dinamarca (30,22%).

Ou seja, faltam funcionários/as públicos/as para melhorar os serviços ofertados à população no Brasil. Então, por que se espalham mentiras dizendo que há muitos servidores públicos e que estes ganham muito e trabalham pouco?

A verdade é que seus salários não são altos, uma vez que 70% dos servidores públicos recebem até R\$ 5 mil. O Judiciário Federal é quem concentra as maiores remunerações, enquanto os salários mais baixos estão nos cargos ligados ao Poder Executivo, onde se encontra a maior parte dos profissionais do setor público. Hoje, 60% dos servidores públicos são agentes municipais e têm a média salarial de R\$ 2.616,00 – cerca de 2 salários mínimos.

deres Legislativo e Judiciário.

Para impulsionar este debate, marcaram um seminário para o dia 1º de novembro, tendo na sua abertura a participação dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco.

A PEC nº 32, que visa a destruição dos serviços públicos, proposta por Bolsonaro, Guedes e Lira, está

Quem propaga mentiras contra o serviço público não quer “modernizar” ou “aperfeiçoar”, quer destruí-lo e transformá-lo em serviço pago para enriquecer às custas do povo. E é esse o objetivo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020, conhecida como “Reforma Administrativa” – que pode ser melhor intitulada como PEC do desmonte e da corrupção –, projeto de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes, e que o presidente da Câmara dos Deputados/as, Arthur Lira (PP-AL), quer incluir na votação do plenário.

Na realidade, isso só interessa a um pequeno punhado de super-ricos, que se preocupa apenas em cobrar caro, sem melhorar em nada a qualidade do atendimento. Além disso, sob o argumento de “necessários” cortes de gastos públicos, a PEC nº 32 tenta reduzir o quadro de servidores

efetivos concursados, substituindo-os por trabalhadores terceirizados, temporários ou, principalmente, indicados políticos, abrindo grande espaço para “rachadinhas” e outras práticas corruptas.

Por tudo isso, as entidades abaixo-assinadas apresentam ao povo alagoano seu posicionamento em defesa do serviço público brasileiro, dos/as trabalhadores municipais, estaduais e federais e, em especial, da população usuária dos serviços prestados pelo Estado brasileiro.

Bem assim, reafirmam seu compromisso em lutar pela valorização do serviço e do/a servidor/a público, contra as privatizações e contra a “Reforma Administrativa”.

Sintiefal - Adufal - Sintufal - Sindipetro AL/SE - Sindicato dos Urbanitários - Sindprev - Sinteval - CUT

Fantasma da Reforma Administrativa volta a assombrar

Frentes parlamentares da Câmara dos Deputados querem, ainda este ano, que o Congresso Nacional vote a Reforma Administrativa.

Com mais de 300 parlamentares, as frentes do Livre Mercado, do Empreendedorismo, da Agropecuária, da Mineração Sustentável, do Brasil Competitivo e de Comércio e Serviços pressionam pela votação da PEC nº 32/2020, com a inclusão dos Po-

participantes convidados, entre empresários e sociedade civil.

participantes convidados, entre empresários e sociedade civil.

Para a Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, “o texto [PEC nº 32] não enfrenta os problemas necessários para melhorar o Estado brasileiro e tem um foco muito grande na punição dos servidores públicos, uma visão de que os servidores são um problema”, declarou Ester Dweck.

Educação

Líder no Enem, Ifal Arapiraca é considerado a melhor escola pública de Alagoas

O Instituto Federal de Alagoas Campus Arapiraca registrou a maior nota no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) entre as escolas públicas de Alagoas e a terceira maior entre públicas e privadas, sendo eleita a melhor escola pública de Alagoas, segundo pesquisa realizada pela AIO Educação na sala segura do Inep. Essa é a quinta vez que o Campus Arapiraca alcança o marco.

A unidade vem avançando também em seu histórico de notas nos últimos anos. Passou de 628,9, no Enem de 2018, para 643,67 neste último. Os avanços são visíveis ainda que, durante o Governo Bolsonaro tenha sofrido cortes, congelamento de orçamento e redução de investimentos.

No Ifal, neste mesmo ano, 2022, o Governo bloqueou R\$25,5 milhões em relação ao orçamento inicial aprovado na Lei Orçamentária Anual – LOA, levando o instituto a ter que cancelar gastos planejados e comprometer seu funcionamento regular.

Para o professor Augusto de Oliveira, diretor geral do Ifal Campus Arapiraca, “Esse resultado eleva não somente o nosso campus, mas também toda a nossa instituição. Em tempos de ataques à educação, um resultado expressivo desse mostra todo o nosso comprometimento com a educação”.

O docente destacou também que, muito além do Enem, o Ifal prepara os/as alunos/as para o trabalho e para a vida.



“A excelência educacional é o resultado de uma abordagem pedagógica que valoriza a criatividade, o pensamento crítico e a independência dos/as alunos/as. Preparamos nossos/as estudantes não apenas para o sucesso no Enem, mas tam-

bém para o mundo do trabalho e para a vida”.

“O Ifal Campus Arapiraca é um exemplo vivo de como a educação pública, gratuita e de qualidade é um investimento inestimável no futuro de nossa nação”, conclui o docente.

Conif exige R\$ 4,1 bilhões para recompor orçamento da Rede Federal Tecnológica

Em nota pública, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) demonstrou-se insatisfeito com o valor destinado à rede pelo Governo Lula no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024 e reivindicou a valorização da Educação.

“O Conselho entende que, somente com a garantia de um orçamento de R\$ 4,1 bilhões, propostos na matriz Conif, será possível iniciar efetivamente o processo de reconstrução da educação pública federal”, afirmou o Conif, em nota publicada no dia 9 de agosto.

A Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, no dia 4 de agosto, através

de ofício, apresentou a proposta de manutenção da cifra vigente: R\$ 2,5 bilhões. “Os valores apresentados estão consideravelmente abaixo das necessidades e expectativas das instituições”, completou o documento, que destaca que o orçamento não sofre reajustes desde o ano de 2016.

Além do congelamento por sete anos, os governos anteriores ainda cortaram valores da Lei Orçamentária Anual aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com o Jornal do Comércio, nos quatro anos de Bolsonaro, o orçamento total do MEC (não apenas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – EPT) foi de cerca de R\$ 566 bilhões e cerca de R\$ 113 bilhões foram cortados.

O atual governo, mesmo criando uma comissão paritária (Portaria 319 de 2021 da SETEC/MEC) para discutir a recomposição orçamentária, apresenta uma PLOA que não garante os recursos necessários para o pleno funcionamento das instituições em 2024. “Se tal valor permanecer para o próximo ano, poderá acarretar em prejuízos não somente administrativos, mas principalmente prejudicará o estudante”.

A nota pública encerra com um apelo ao governo: “Confiamos, assim, na sensibilidade e no compromisso do Governo Federal e do Congresso Nacional com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para a reversão desse quadro orçamentário, ao tempo em

que expressamos nossa disposição costumeira ao diálogo e trabalho conjunto com o Governo em prol da melhoria da Educação do Brasil”.

Para o Sintietfal, a luta pela recomposição do orçamento das Instituições Federais de ensino é uma luta de toda sociedade.

“Nossas Instituições foram abandonadas no governo Bolsonaro, não apenas perderam o potencial de investimento como não tinha recursos nem sequer para manutenção. Precisamos que as instituições tenham verbas em 2024 para comprar computadores, equipar laboratórios, fazer as reformas necessárias em suas estruturas e investir em tecnologia”, disse Elaine Lima, vice-presidenta do Sintietfal.

Decreto nº 10.620/21

Servidores/as vencem luta, mas aposentadorias e pensões permanecem no INSS

Resultado de uma mobilização histórica dos/as aposentados/as e pensionistas do Ifal, juntamente com o Sintiefal e a Assifal, o Conselho Superior aprovou, de forma unânime, a rescisão do Acordo de Cooperação Técnica com o INSS (nº 35014227099/2021-53), que transferiu a concessão e a gestão de aposentadorias e pensões do Ifal para o INSS, nos termos do Decreto nº 10.620/21.

A decisão do Consup foi amparada no voto do relator da matéria e presidente do Sintiefal, Yuri Buarque, que, em sua argumentação redigida em 19 páginas, demonstrou os prejuízos do Ifal ter aderido à centralização no INSS, a inconstitucionalidade do decreto do governo Bolsonaro e os termos do próprio ACT, que previa instrumentos legais para o seu desfazimento.

Fruto dessa luta, o reitor Carlos

Guedes já tinha recuado e pedido ao Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos a devolução das aposentadorias e pensões para o Ifal. Entretanto, três meses se passaram e nada foi modificado em relação à gestão das aposentadorias e pensões.

Via ofício, o Sintiefal indagou à reitoria sobre os desdobramentos pós-decisão do Consup para o desfazimento do acordo. Bem assim, buscou o deputado Paulão e o Sinasefe para, em Brasília, exigirem a revogação do Decreto nº 10.620/21. O setor jurídico do Sintiefal também já está com uma ação pronta para requerer, em juízo, o cumprimento da decisão do Conselho Superior.

Além disso, o Sindicato solicitou uma reunião com o reitor Carlos Guedes para pedir informações sobre a reunião que houve entre a gestão do Ifal e o Ministério da Gestão e Inova-



ção em Serviços Públicos (MGI), no último dia 28 de setembro.

Segundo informações obtidas pelo Sintiefal, a resistência agora é da Ministra Ester Dweck, que afirma estar prestes a ser publicado um decreto para criar um novo órgão autárquico, específico para administrar o Regime Próprio de Previdên-

cia Social, substituindo o SIPEC e o INSS.

Ainda em novembro, após a audiência solicitada com o reitor, o Sintiefal deve realizar nova assembleia geral para discutir o assunto e organizar a continuidade da luta da categoria por uma resposta mais efetiva e ágil por parte do MGI.

Conquista

Consup rejeita mudanças prejudiciais ao RSC dos/as docentes

Resolução nº 3 do CPRSC é herança do governo Bolsonaro e precisa ser revogada

O Conselho Superior do Ifal tomou mais uma decisão importante em defesa dos direitos dos/as seus/suas servidores/as. As alterações propostas pelo governo Bolsonaro nas regras para concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) foram rejeitadas.

Na reunião, realizada no dia 3 de agosto, de forma unânime, os/as conselheiros/as recusaram as alterações, orientadas pela resolução nº 3 do Conselho Permanente do RSC.

A conselheira do Consup, Gisele Lima, relatora da matéria, justificou

seu voto contrário alegando ausência de paridade e democracia no Conselho Permanente.

As mudanças propostas foram indicadas pelo Conselho Permanente, que, durante o governo Bolsonaro, não contava com representação dos/as trabalhadores/as da educação e da comunidade nas decisões relacionadas ao RSC. Suas resoluções, consequentemente, foram prejudiciais à carreira docente.

Entre as mudanças rejeitadas, que deveriam ser incorporadas às normativas internas de cada Institu-

to Federal, estavam: a não garantia de pagamento dos/as avaliadores para a concessão da RSC (art. 15); o efeito financeiro do RSC ser a partir da concessão e não a partir do protocolo dos documentos comprobatórios (art. 13); exclusão da atuação em comissões e representações institucionais de classe e profissionais para a aquisição do RSC I; contabilizar somente atividades realizadas nos últimos 5 anos antes da entrada na carreira de professor/a; interstício; entre outros.

“Foi um ganho para os/as servidores/as e para Instituição. Agora, é

interessante que a reitoria do Ifal leve a temática até o Conif e exija do Governo Federal uma nova regulamentação ou pelo menos a suspensão da vigente”, afirmou Elaine Lima, vice-presidenta do Sintiefal e membro do Consup.

Com a rejeição, “ficam mantidas as regras dos regulamentos atualmente vigentes, para a concessão do RSC, até que sobrevenha a aprovação do regulamento interno pelo CPRSC e homologação pelo Conselho Superior ou instância equivalente da IFE”.



Saúde

Sintiefal abre sede para Sábado de Bem-Estar



Comprometido com a saúde e a qualidade de vida, o Sintiefal abriu sua sede para o “Sábado de bem-estar”, atividade gratuita para sindicalizados/as e familiares.

Já na primeira edição, realizada no dia 26 de agosto, o auditório Jarde Viana ficou lotado com tapetes e colchonetes para uma manhã de relaxamento coordenada pela professora de yoga, Paula Rocha.

A iniciativa fez parte do mês de comemoração dos 31 anos do Sintiefal e contou com café da manhã, prática de yoga e reflexões sobre saúde e bem-estar, estimulando os/as servidores/as para que façam um momento de “pausa” e autocuidado em meio à vida agitada de stress, trabalho e lutas.

“É um desafio muito grande para a gente que está na luta o tempo todo, tirar um

pouquinho de tempo para si mesmo, seja para descansar ou para se fortalecer para continuar. Poder fazer isso dentro do sindicato, com companheiros/as, no nosso espaço e com cada vez mais gente é muito gratificante”, afirmou Ednilson Matias, diretor do Sintiefal e praticante das aulas de yoga.

A atividade contou ainda com uma grande roda de conversa sobre as ações do Sintiefal e informes da campanha salarial.

O segundo “Sábado de Bem-Estar” está marcado para o dia 28 de outubro, dia do/a servidor/a público/a.

Yoga no Sintiefal

As aulas de Yoga seguem todas as segundas-feiras, às 10h, e as quintas-feiras, às 15 horas, no auditório Jarde Viana. Não é necessária inscrição prévia, é só participar!

Curtas



CORURIFE - Em resposta a mensagens homofóbicas, deixadas no quadro da sala dos/as professores/as do Campus Coruripe, servidores/as se mobilizaram e realizaram um ato com cartazes contra a homofobia e em defesa da diversidade. O Sintiefal lançou nota se solidarizando e cobrando da gestão do Ifal atuação contra esse crime.



GTs - O Sintiefal está com três Grupos de Trabalho em funcionamento para envolver a base na construção de políticas locais e nacionais. Os primeiros foram os GTs Carreira Docente e TAE, que contribuíram com a reformulação dos Planos de Carreira, em debate com o Governo Federal. O mais novo GT é o de Políticas Educacionais e Culturais. Entre em contato pelo whatsapp para participar também: (82) 9 8148-6271



DOAÇÃO - Como forma de colaborar com a luta do Movimento dos/as Trabalhadores/as Rurais Sem Terra, o Sintiefal foi conhecer e colaborar com o projeto “Aulões Pré-Enem Popular” do Cursinho Mundaú, realizado na Escola de Ensino Fundamental Nosso Lar I (Levada - Maceió). Na ocasião, o Sindicato doou kits escolares para 90 crianças atendidas pelo projeto, além de alimentos não perecíveis e materiais de higiene.

COM VOCÊ!
NOSSA LUTA SE FORTALECE

Filie-se ao Sintiefal!


